



SBOT

SOCIEDADE BRASILEIRA DE
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

SBOTPREV

FUNDO DE PREVIDÊNCIA

Relatório Anual de Informações - RAI

2025

QUEM SOMOS

O SBOTPrev surgiu do anseio da categoria em oferecer um plano de previdência complementar desenvolvido exclusivamente para atender às necessidades dos Ortopedistas e Traumatologistas.

Com a adoção da Lei Complementar nº 109, o Ministério da Previdência Social autorizou a constituição dos fundos de pensão resultantes de vínculo associativo, o que antes só era admitido em relação aos profissionais com vínculo empregatício. Esse modelo permitiu a SBOT implantar seu plano de previdência fechado de forma mais segura e autônoma.

O Plano de Benefícios Previdenciários dos Ortopedistas e Traumatologistas – SBOTPrev foi constituído na modalidade de contribuição definida e com administração própria da SBOTPrev, sob a coordenação direta do Conselho Federal e fiscalização do Ministério da Previdência Social, através da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC.

O SBOTPrev tem seus recursos geridos por especialistas do mercado financeiro, o que possibilita o controle direto dos participantes sobre os investimentos.

CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da SBOTPrev, tendo a responsabilidade de definir a política geral de administração estratégica da entidade e os planos de benefícios de previdência complementar da Fundação, exercendo sua ação por meio de diretrizes e normas gerais de organização, funcionamento, administração e operação.

Titulares:

Reynaldo Jesus Garcia Filho - Presidente
Romeu Krause Gonçalves – Vice-Presidente
Marcus Vinícius Moreira

Suplentes:

Fábio Farina Dal Molin
Fernando Antônio Façanha
Adriano Esperidião

CONSELHO FISCAL

Órgão de controle interno da SBOTPrev. Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria Executiva. Cabe ao Conselho Fiscal elaborar relatórios semestrais que destaquem a opinião sobre a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária. O Conselho Fiscal deve comunicar eventuais irregularidades, sugerir, indicar ou requerer providências de melhoria na gestão, e emitir parecer conclusivo sobre as demonstrações contábeis anuais da entidade.

Titulares:

Paulo Lobo Júnior – Presidente
José Humberto de S. Borges – Vice-Presidente
Sandro da Silva Reginaldo

Suplentes:

Arnaldo José Hernandez
Pedro Takata
Adalberto Visco

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela administração da SBOTPrev, atuando em conformidade com as diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo. Os Diretores Executivos foram indicados pelo Conselho Deliberativo, observados todos os requisitos profissionais exigidos pela Legislação de Previdência Complementar, e foram submetidos à prévia habilitação para exercício das funções junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), do Ministério da Economia.

Composição:

Francisco Nogueira – Diretor Presidente

Ricardo Esperidião – Diretor de Benefícios

Marco Tulio Lopes Caldas – Diretor Administrativo

Moacyr Henrique Martins Vaz – Diretor Financeiro (AETQ)

Canais de Relacionamento com Participantes

E-mail: atendimento@sbotprev.zendesk.com

Telefone: 0800-887-0948

Site: <https://sbotprev.org.br/>

Sumário

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA	5
GESTÃO DE PARTICIPANTES	6
INDICADORES DE GESTÃO	7
RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	8
Demonstrações Contábeis	10
Balanço Patrimonial.....	10
Demonstrações Contábeis	11
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social	11
Demonstrações Contábeis	12
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios.....	12
Demonstrações Contábeis	13
Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	13
Demonstrações Contábeis	14
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada.....	14
Demonstrações Contábeis	15
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios.....	15
Notas Explicativas �s Demonstrações Contábeis Consolidadas.....	16
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	32
PARECER DO CONSELHO FISCAL	34
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO.....	35
INFORMAÇÕES REFERENTES � POLITICA DE INVESTIMENTOS 2026 a 2030	36
PARECER ATUARIAL.....	44
GLOSSÁRIO	50

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Com muita satisfação, apresentamos o Relatório Anual de Informações – RAI 2025 do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOTPREV, documento que reflete nossa preocupação em comunicar, de forma contínua, o compromisso com a transparência e a inovação.

Ao longo do último ano, tivemos uma evolução significativa na governança da entidade, bem como o fortalecimento da estratégia de gestão previdenciária e dos recursos garantidores, **que resultaram, ao final de 2025, em um patrimônio de R\$ 106.028.819,86 e uma arrecadação anual de R\$ 11.874.494,11.**

Os resultados alcançados neste período reafirmam a importância da nossa missão e demonstram que seguimos no caminho certo, evoluindo e buscando aprimorar, cada vez mais, a comunicação com nossos participantes, ativos e assistidos, **que totalizaram 1.331 participantes ao final do exercício.**

Agradecemos a confiança depositada em nossa entidade e reforçamos a importância de continuarmos investindo em nossa relação, pois é assim que a SBOTPREV seguirá crescendo e garantindo ao ortopedista a possibilidade de receber seus benefícios no futuro, após a vida laborativa, **tendo realizado, somente em 2025, o pagamento de R\$ 502.869,43 em benefícios.**

Continuaremos trabalhando firmemente em nosso propósito, de maneira cada vez mais profissional, para atender às suas expectativas e necessidades.

Desejamos a todos uma leitura proveitosa deste relatório e colocamo-nos à disposição para atendê-los no que for necessário.

Agradecemos, mais uma vez, a confiança em nossa entidade.

Diretoria Executiva

GESTÃO DE PARTICIPANTES

O Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOTPREV em conformidade com a Resolução CNPC nº 32 de 04/12/2019, apresenta abaixo o resumo de 2025 de quantidade de participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, montante das contribuições recebidas e benefícios pagos.

DESCRIÇÃO	VALORES
*Números de Participantes Ativos	1.331
*Participantes Aposentados	8
*Beneficiários de Pensão	11
*Instituidor	1
**Contribuições Recebidas	R\$ 11.874.494,11
**Portabilidades Recebidas	R\$ 56.856,39
**Pecúlios Recebidos	R\$ 0,00
**Pagamentos de Resgates	R\$ 4.971.755,54
**Pagamentos de Benefícios	R\$ 502.869,43
**Pagamentos de Portabilidades	R\$ 961.622,94

* Posição em 31/12/2025

** Período de 01/01/2024 a 31/12/2025

INDICADORES DE GESTÃO

DESCRIÇÃO	2025	2024
Taxa de Administração	0,35% a.a. equivalente ao rateio das despesas administrativas mensais suportadas pelo resultado dos investimentos.	0,60% a.a. equivalente ao rateio das despesas administrativas mensais suportadas pelo resultado dos investimentos.
Despesas Administrativas sobre o Total de Participantes	Em 2025 foi de R\$ 1079,14	Em 2024 foi de R\$ 928,74
Despesas Administrativas sobre o Ativo Total	Em 2025 foi de 1,333%	Em 2024 foi de 1,334%
Despesa de Pessoal	Em 2025 foi de R\$ 0	Em 2024 foi de R\$ 0,00
Pro Labore recebido	Em 2025 foi de R\$ 2.380.282,91	Em 2024 foi de R\$ 926.536,18
Taxa de Carregamento	0% ao mês incidente sobre as contribuições e/ou aportes, bem como sobre os benefícios.	0% ao mês incidente sobre as contribuições e/ou aportes, bem como sobre os benefícios.
Despesa Administrativa sobre os recursos garantidores dos planos de benefício de caráter previdenciário administrados	Em 2025 foi de 1,37%	Em 2024 foi de 1,37%
Despesas Administrativas sobre as Receitas Administrativas	Em 2025 foi de 61,2%	Em 2024 foi de 111,18%
Evolução do Fundo Administrativo	Em 2025 o Fundo Administrativo cresceu 49,35% fechando em R\$ 3.957.861,55	Em 2024 o Fundo Administrativo cresceu 2,86% fechando em R\$ 2.650.033,98

RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Conforme Resolução CNPC nº 62, de 9 de dezembro de 2024.

(Valores em Reais.)

SEGREGAÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

RECEITAS/ DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIAIS	2025	2024	2023
RECEITAS ADMINISTRATIVAS	2.764.538,16	1.128.479,61	1.085.259,38
INVESTIMENTOS	0,00	220.403,24	194.967,10
DIRETAS	2.380.282,91	926.536,18	870.894,01
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	384.255,25	201.943,43	214.365,37
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.456.837,99	1.275.165,54	1.198.852,18
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	195.075,80	52.765,29	76.352,01
VIAGENS E ESTADIAS	68.009,53	34.385,41	32.958,24
SERVIÇOS DE TERCEIROS	919.159,57	912.157,21	823.397,80
Auditoria Contábil	12.528,92	13.240,24	10.368,20
Serviços Administrativos	355.371,49	330.006,19	314.320,54
Administração Passivo	480.000,00	497.988,56	466.726,68
Despesas Bancárias	64.259,16	65.042,22	29.482,38
Projetos para Reformas	0,00	0,00	2.500,00
Serviços de Conservação e Limpeza	0,00	5.880,00	0,00
Propaganda e Publicidade	7.000,00	0,00	0,00
DESPESAS GERAIS	129.867,29	201.871,64	188.883,20
Associações de Classe	0,00	9.805,56	7.140,03
Brindes	11.984,15	0,00	0,00
Cartório	0,00	314,31	565,34
Aluguel e Condomínio	42.000,00	39.805,34	38.566,68
Correios e Encomendas	0,00	87,05	170,5
Energia Elétrica	470,04	90,33	419,28
Eventos e Projetos	36.621,97	109.019,85	78.538,07
Internet	1.504,70	1.435,67	1.486,50
Material de Expediente	6.144,36	1.840,99	785,81
Serviço de Taxi/Motoboy	943,9	2.001,84	2.882,10
Seguros	15.742,08	15.742,08	15.742,08
Certificadora	1.238,00	4.163,80	802,00
Reembolso despesas	8.381,19	4.425,32	29.458,66
Lanches	0,00	1.883,50	5.726,15
Despesas com eleições	0,00	2.900,00	0,00
Manutenção e Reparo	4.836,90	3.556,00	6.600,00
Locação	0,00	4.800,00	0,00

RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Conforme Resolução CNPC nº 62, de 9 de dezembro de 2024.

(Valores em Reais.)

SEGREGAÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

RECEITAS/ DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIAIS	2025	2024	2023
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	1.497,24	2.284,82	1.994,04
DEPRECIações	1.497,24	2.284,82	1.994,04
Móveis e Utensílios	1.497,24	1.497,24	1.497,24
Equipamentos de Informática	0,00	787,58	496,8
TRIBUTOS	143.228,56	71.701,17	75.266,89
PIS	17.969,85	8.767,74	9.307,31
COFINS	110.581,51	53.955,32	57.275,82
TAFIC	10.500,00	4.875,00	4.875,00
Taxas e tributos municipais	4.177,20	4.103,11	3.808,76

Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em reais mil)

	2025	2024		2025	2024
ATIVO			PASSIVO		
DISPONÍVEL Nota 4.1.1	1.272	561	EXIGÍVEL OPERACIONAL Nota 4.1.4	611	536
			Gestão previdencial	565	501
REALIZÁVEL Nota 4.1.2	109.347	95.740	Gestão Administrativa	46	16
Gestão previdencial	6	12	Investimentos	0	19
Gestão administrativa	87	109			
Investimentos	109.254	95.619	PATRIMÔNIO SOCIAL Nota 4.1.5	110.011	95.770
Fundos de investimentos	109.254	95.619	Patrimônio de cobertura do plano	106.029	93.104
			Provisões matemáticas	106.029	93.104
PERMANENTE Nota 4.1.3	3	5	Benefícios concedidos	4.331	2.927
Imobilizado	3	5	Benefícios a conceder	101.698	90.177
			Fundos	3.982	2.666
			Fundos previdenciais	24	16
			Fundos administrativos	3.958	2.650
TOTAL DO ATIVO	110.622	96.306	TOTAL DO PASSIVO	110.622	96.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em reais mil)

	2025	2024	VARIAÇÃO (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	95.770	86.856	10%
1. ADIÇÕES	27.130	20.963	29%
Contribuições previdenciais	11.874	11.705	1%
Portabilidade	57	0	100%
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	12.435	7.909	57%
Receitas administrativas	2.380	1.147	107%
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	384	202	90%
2. DESTINAÇÕES	(12.889)	(12.049)	7%
Benefícios	(503)	(568)	(11)%
Resgates	(4.972)	(5.038)	(1)%
Portabilidade	(961)	(527)	82%
Repasse de pr�mio de riscos terceirizados	(4.997)	(4.641)	8%
Despesas administrativas	(1.456)	(1.275)	14%
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2)	14.241	8.914	60%
Provisões matemáticas/ fundos	12.925	8.836	46%
Fundos previdenciais	8	4	100%
Fundos administrativos	1.308	74	1.668%
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	110.011	95.770	15%

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em reais mil)

	2025	2024	VARIAÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	93.120	84.280	10%
1. ADIÇÕES	24.366	19.614	24%
Contribuições	11.874	11.705	1%
Portabilidade	57	0	100%
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	12.435	7.909	57%
2. DESTINAÇÕES	(11.433)	(10.774)	6%
Benefícios	(503)	(568)	(11)%
Resgates	(4.972)	(5.038)	(1)%
Portabilidade	(961)	(527)	82%
Repasse de pr�mio de riscos terceirizados	(4.997)	(4.641)	8%
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	12.933	8.840	46%
Provisões matemáticas/fundos	12.925	8.836	46%
Fundos previdenciais	8	4	100%
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	106.053	93.120	14%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	3.958	2.650	49%
Fundos administrativos	3.958	2.650	49%

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em reais mil)

	2025	2024	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	110.576	96.289	15%
Disponível	1.201	472	154%
Recebível	3.964	2.663	49%
Investimento	105.411	93.154	13%
Fundos de investimento	105.411	93.154	13%
2. OBRIGAÇÕES	565	519	9%
Operacional	565	519	9%
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	3.958	2.650	49%
Fundos administrativos	3.958	2.650	49%
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	106.053	93.120	14%
Provisões matemáticas/fundos	106.029	93.104	14%
Fundos Previdenciais	24	16	50%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em reais mil)

	2025	2024	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.650	2.576	3%
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.764	1.349	105%
1.1. RECEITAS	2.764	1.349	105%
Custeio administrativo dos investimentos	0	220	-100%
Receitas diretas	2.380	927	157%
Resultado positivo líquido dos investimentos	384	202	90%
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(1.456)	(1.275)	14%
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(1.456)	(1.275)	14%
Treinamentos/Congressos e seminários	(195)	(53)	268%
Viagens e estadias	(68)	(34)	100%
Serviços de terceiros	(919)	(912)	1%
Despesas gerais	(130)	(202)	(36)%
Depreciações e amortizações	(1)	(2)	(50)%
Tributos	(143)	(72)	99%
4. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2)	1.308	74	1.668%
5. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (4)	1.308	74	1.668%
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5)	3.958	2.650	49%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores em reais mil)

	2025	2024	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+4)	106.618	93.639	14%
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	106.029	93.104	14%
1.1. Benefícios concedidos	4.331	2.927	48%
Contribuição definida	4.331	2.927	48%
1.2. Benefícios a conceder	101.698	90.177	13%
Contribuição definida	101.698	90.177	13%
Saldo de contas - Parcela instituidores	70	64	9%
Saldo de contas - Parcela constituída pelos participantes	92.165	80.785	14%
Saldo de contas - Parcela participantes portadas EFPC	785	693	13%
Saldo de contas - Parcela participantes portadas EAPC	8.678	8.635	-1%
3. FUNDOS	24	16	50%
3.1 Fundos previdenciais	24	16	50%
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	565	519	9%
4.1. Gestão previdencial	565	519	9%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOTPREV (“SBOTPREV” e/ou “Entidade”), é uma entidade fechada de previdência complementar, inscrita sob o CNPJ nº 11.401.654/0001-43 e CNPB nº 2009.0024-74 constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, autorizada a funcionar pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, através da portaria nº 3.080 de 08 de outubro de 2009, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado. É Instituidor Fundador da SBOTPREV, a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia.

O SBOTPREV tem sede e foro na Alameda Lorena, nº 427 – 14º andar – São Paulo – SP, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O SBOTPREV tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por Instituidores, mediante contribuição de Participantes, de Empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitada a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura. Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

O Plano de Benefícios SBOTPREV, na modalidade de contribuição definida, possuía na data base o seguinte quadro de participantes ativos e assistidos:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Participantes Ativos*	1.331	1.355
Idade Média	46 anos	45 anos
Participantes Assistidos**	19	18
Idade Média	57 anos	55 anos

* Considera no quantitativo 2 participantes falecidos com tramitação de pensão.

**Participantes assistidos considera Aposentados e Pensionistas.

Em observância ao artigo nº 14 do Código Tributário Nacional (CTN), a SBOTPREV não distribui dividendos e aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

A Entidade é regida por Estatuto Social, pelos regulamentos do Plano de Benefícios de Contribuição Definida (CD) por ela operado, do Plano de Gestão Administrativa (PGA) e pela legislação em vigor.

A entidade implementou os procedimentos operacionais para cumprimento da Resolução CNPC nº 46 de 01 de outubro de 2021, alterada pela Resolução CNPC nº 57 de 28 de junho de 2023 que estabelecia prazo para a instituição de CNPJ por Plano. Esta ação tem como objetivo principal garantir a independência patrimonial entre os Planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, segregando-os no caso de haver a administração de mais de um plano e distinguindo da administração da própria entidade gestora. Para isso foram abertas as contas Correntes, para movimentação, e de Investimento, com o novo **CNPJ 48.307.446./0001-90** do plano, visando a segregação de toda a movimentação previdenciária. A conta Corrente e de Investimento do PGA permaneceu com o **CNPJ 11.401.654/0001-43** da entidade, para a movimentação administrativa.

2. APRESENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente Resolução Previc 23 de 14 de agosto 2023, Resolução CNPC nº. 43, de 06 de agosto de 2021, alterada pela Resolução Previc nº 61, de 11 de dezembro 2024 e Norma Brasileira de Contabilidade NBC ITG 2001- Entidades Fechadas de Previdência Complementar e as práticas contábeis brasileiras.

As diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos e resultado proporcionem informações mais adequadas, confiáveis e relevantes.

O SBOTPREV apresenta mensalmente balancetes, do Plano de Benefícios, do plano de Gestão Administrativa e consolidado, segregando os registros contábeis dos planos de benefícios previdenciais administrados pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

As Demonstrações Contábeis apresentadas tiveram sua emissão autorizada pela Diretoria da Entidade em 13 de março de 2026.

A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e esta é a moeda funcional adotada pela Entidade. Os arredondamentos foram feitos de maneira a aproximar os valores quando totalizados, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Sumário das principais práticas contábeis

A contabilidade do SBOTPREV é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

O SBOTPREV adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas nas notas explicativas, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis. As práticas contábeis aplicadas pela Entidade em 2025 estão de modo uniforme em relação a 2024 e estão descritas a seguir: benefícios tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como para os planos que adquiram característica de benefício definido na fase de concessão.

- a) Os registros relativos a contribuições de participantes autopatrocinados, são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com o art.10 parágrafo 1º da Resolução CNPC nº 43 de 06 de agosto de 2021, alterada pela Resolução Previc nº 61, de 11 de dezembro 2024.
- b) Todos os demais lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.
- c) Para a avaliação dos fundos de investimentos foram observadas as legislações estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- d) Os registros de títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras de fundos de investimentos da Entidade obedeceram, também, aos critérios estabelecidos pela Resolução CNPC nº 61 de 2024, que altera a Resolução CNPC nº 43 de 06 de agosto de 2021, que estabelece que os respectivos títulos devam ser registrados pelo valor efetivamente pago e, dependendo de sua categoria, classificados como Títulos para Negociação, que devem ser ajustados pelo valor de mercado e em Títulos Mantidos até o Vencimento, que devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos:
 - Fundos de investimentos: são contabilizados pelos valores efetivamente desembolsados e avaliados pelo valor da quota calculada pelo Administrador, observado a legislação estabelecida pela CVM.
 - Imposto de Renda na Fonte: a Lei de nº 11.053 de 29 de dezembro de 2004, dispensou as Entidades de Previdência Privadas da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações financeiras.
- e) As provisões para créditos de liquidação duvidosa – PCLD são registradas, para os direitos creditórios mensurados, ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os investimentos sujeitos à esta provisão são apresentados pelo seu valor líquido.
- f) No exigível operacional são demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São registradas as obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos, dentre outros.

- g) Os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas originárias dos custeios de investimentos e receitas diretas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.
- h) O exigível contingencial é avaliado por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Em dezembro de 2025 e 2024 a Entidade não possuía nenhuma ação judicial que fosse classificada como provável ou possível de perda.
- i) Para as provisões matemáticas o plano de benefícios adota regime financeiro e métodos de financiamento em consonância com a legislação vigente e adequados ao perfil da massa de participantes ativos e assistidos, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelo plano.

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário é exigida apenas para os planos cujos benefícios tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como para os planos que adquiram característica de benefício definido na fase de concessão.

3.ATIVIDADES DE REGISTRO E DE CONTROLE

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas Previdencial, Administrativa e Investimentos, que segrega nas Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, conforme segue:

- 3.1. Gestão Previdencial:** compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária:
- 3.2 Gestão Administrativa:** compreende a atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios: e
- 3.3 Investimentos:** compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos da Entidade.

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1. Balanço Patrimonial

4.1.1. Disponível

A denominação Disponível é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito, em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Bancos Conta Movimento	1.272	561
Itaú Plano	1.201	473
Itaú PGA	71	88
Total disponível	1.272	561

(Valores em milhares de Reais)

4.1.2. Realizável

4.1.2.1. Gestão Previdencial

Registra os valores a receber da Entidade, relativos às contribuições das Patrocinadoras e dos Participantes, adiantamentos e outros:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Contribuições do mês	0	4
Participantes	0	4
Outros realizáveis	6	8
Recursos a receber	6	8
Total realizável previdencial	6	12

(Valores em milhares de Reais)

4.1.2.2. Investimentos

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.994 de 24/03/2022, alterada pela Resolução CMN Nº 5.202, de 27 março de 2025 alinhado a Política de Investimentos da Entidade, que define as diretrizes, macro alocação, limites de risco, ativos elegíveis e alocação tática dos recursos nos segmentos de investimentos, todos os recursos garantidores do plano de benefício do SBOTPREV são investidos em cotas de fundo de investimento (Mongeral Aegon SBOTPREV Fundo de Investimento Multimercado – CNPJ 19.366.021/0001-53), administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Plano de Gestão Previdencial	105.411	93.155
Fundos de Investimento - Multimercado	105.411	93.155
Plano de Gestão Administrativa	3.843	2.464
Fundos de Investimento - Multimercado	3.843	2.464
Total Realizável Investimentos	109.254	95.619

(Valores em milhares de Reais)

2025

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - CARTEIRA PRÓPRIA			2025		
			PLANO	PGA	CONSOLIDADO
SEGMENTO			105.895	3.359	109.254
Titulos Públicos:			38.220	1.212	39.433
NTN-B	Vencimento	Quantidade	26.278	834	27.111
NTN-B	15/08/2028	1000	4.614	146	4.760
NTN-B	15/08/2028	500	2.281	72	2.354
NTN-B	15/08/2032	4	17	1	17
NTN-B	15/08/2032	326	1.379	44	1.422
NTN-B	15/08/2032	200	848	27	875
NTN-B	15/08/2032	350	1.485	47	1.532
NTN-B	15/08/2032	300	1.273	40	1.313
NTN-B	15/08/2032	264	1.104	35	1.139
NTN-B	15/05/2035	16	65	2	67
NTN-B	15/05/2035	90	368	12	379
NTN-B	15/05/2035	1260	5.044	160	5.204
NTN-B	15/05/2035	500	2.269	72	2.341
NTN-B	15/08/2040	61	248	8	256
NTN-B	15/08/2050	72	287	9	296
NTN-B	15/08/2050	650	3.242	103	3.345
NTN-B	15/08/2050	190	946	30	976
NTN-B	15/08/2060	115	450	14	464
NTN-B	15/08/2060	92	360	11	372
LFT	Vencimento	Quantidade	11.943	379	12.321
LFT	01/03/2026	26	456	14	470
LFT	01/03/2026	2	35	1	36
LFT	01/03/2026	70	1.227	39	1.266
LFT	01/09/2026	38	666	21	687
LFT	01/09/2026	40	701	22	723
LFT	01/03/2027	76	1.332	42	1.374
LFT	01/03/2027	11	193	6	199
LFT	01/03/2027	10	175	6	181
LFT	01/09/2027	124	2.172	69	2.241
LFT	01/03/2028	34	595	19	614
LFT	01/09/2028	16	280	9	289
LFT	01/09/2028	23	403	13	415
LFT	01/03/2029	15	262	8	271
LFT	01/03/2029	106	1.854	59	1.913
LFT	01/09/2029	15	262	8	270
LFT	01/09/2029	76	1.328	42	1.370
Titulos Privados:			38.799	1.231	40.029
Debentures	BHIA	15/01/2026	12.410	12	12
Debentures	CPGT	15/10/2026	488	245	253
Debentures	RSAN	05/12/2026	440	433	447
Debentures	RPEN	27/06/2027	580	565	583
Debentures	RPEN	27/06/2027	144	140	145
Debentures	RPEN	27/06/2027	318	310	319
Debentures	VIVT	12/07/2027	706	742	766
Debentures	HSLZ	15/09/2027	650	659	680
Debentures	NTSD	20/06/2028	1.000	977	1.008
Debentures	AXIA	15/09/2028	200	205	212
Debentures	AXIA	15/09/2028	500	513	529
Debentures	VAMO	15/10/2028	250	245	253
Debentures	VAMO	15/10/2028	115	113	116
Debentures	MULT	15/10/2028	580	586	604
Debentures	VAMO	15/10/2028	65	64	66
Debentures	PASS	15/03/2029	448	456	471
Debentures	AXIA	15/04/2029	891	896	925
Debentures	B3SA	28/05/2029	313	309	318
Debentures	VAMO	15/06/2029	300	291	300
Debentures	SANE	15/07/2029	164	161	166
Debentures	SANE	15/07/2029	295	289	298
Debentures	CPGT	10/10/2029	325	326	336
Debentures	CHTH	15/12/2029	399	387	399
Debentures	BHIA	22/12/2029	19.033	11	11
Debentures	PALF	15/02/2030	491	485	500

(Valores em milhares de Reais)

2025

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - CARTEIRA PRÓPRIA				2025		
SEGMENTO				PLANO	PGA	CONSOLIDADO
Titulos Privados				38.220	1.212	39.433
Debentures	ENERGISA	25/02/2030	491	502	16	518
Debentures	EQUA	15/03/2030	143	145	5	150
Debentures	EQUA	15/03/2030	280	284	9	293
Debentures	LOCALIZA	20/05/2030	703	691	22	713
Debentures	TFLE	18/09/2030	87	87	3	90
Debentures	SABESP	20/02/2031	245	255	8	263
Debentures	SABESP	20/02/2031	246	256	8	264
Debentures	SABESP	20/02/2031	600	624	20	644
Debentures	TRPL	17/03/2031	355	360	11	372
Debentures	EURF	18/03/2031	622	630	20	650
Debentures	CHSF	15/09/2031	380	387	12	399
Debentures	CPGT	10/10/2031	325	327	10	338
Debentures	LOCALIZA	20/05/2032	211	209	7	215
Debentures	UNIPAR	18/07/2032	408	423	13	437
Debentures	SABESP	20/02/2034	63	66	2	68
Debentures	CSMG	15/07/2034	437	440	14	454
Debentures	CSMG	15/07/2034	250	252	8	260
Debentures	BHIA	22/06/2028	13.215	12	0	13
Letra Financeira	BTOY	01/07/2026	7	822	26	848
Letra Financeira	SCBC	05/10/2026	6	344	11	355
Letra Financeira	VOLKS	30/11/2026	30	2.213	70	2.283
Letra Financeira	SANB	05/04/2027	18	990	31	1.021
Letra Financeira	BTOY	01/07/2027	5	591	19	609
Letra Financeira	BCGD	09/08/2027	15	771	24	796
Letra Financeira	BRPT	30/08/2027	20	1.019	32	1.052
Letra Financeira	NUFI	03/09/2027	8	408	13	421
Letra Financeira	BCOC	05/12/2027	10	490	16	506
Letra Financeira	NUFI	04/09/2028	7	357	11	368
Letra Financeira	BRADESCO	31/12/2050	2	665	21	686
Letra Financeira	ITUB	31/12/2050	5	1.598	51	1.648
Letra Financeira	BBRASIL	31/12/2050	2	620	20	639
Letra Financeira	BBRASIL	31/12/2050	2	624	20	644
Letra Financeira	ITUB	31/12/2050	1	301	10	311
Letra Financeira	ITUB	31/12/2050	2	712	23	735
Letra Financeira	ITUB	31/12/2050	2	663	21	684
Letra Financeira	BRADESCO	16/06/2031	3	1.618	51	1.669
Letra Financeira	PAT	17/11/2031	8	4.242	135	4.377
Letra Financeira	ITUB	16/10/2034	2	699	22	722
Letra Financeira	SANB	04/12/2035	3	883	28	911
Letra Financeira	BRADESCO	17/12/2035	4	1.171	37	1.208
Nota Comercial	COL	20/12/2026	569	555	18	573
Nota Comercial	CELPE	20/12/2026	569	556	18	573
Nota Comercial	CSRN	22/12/2026	264	258	8	266
Nota Comercial	CSRN	22/12/2026	265	259	8	267
Valores a Pagar/Receber				-13	0	-14
Demonstrativo de Investimentos - Fundos				28.889	916	29.805
	Segmento	CNPJ				
ASA LP II FIC SEN 25	ESTR	56.924.942/0001-10		1.100	35	1.135
CARTAO COMPRA SEN 2	ESTR	60.942.242/0001-26		768	24	792
BNYM ARX LIQ FI REF	RF	17.898.543/0001-70		1.085	34	1.120
BNYM ARX LIQREF II	RF	18.416.618/0001-00		1.085	34	1.120
BNYM ARX LIQREF III	RF	18.416.553/0001-95		1.085	34	1.120
BNYM ARX LIQREF IV	RF	18.418.812/0001-17		1.085	34	1.120
BNYM ARX LIQREF IX	RF	18.418.915/0001-87		1.085	34	1.120
BNYM ARX LIQREF V	RF	18.418.851/0001-14		1.085	34	1.120
BNYM ARX LIQREF VI	RF	18.418.825/0001-96		1.085	34	1.120
BNYM ARX LIQREF VII	RF	18.428.603/0001-54		1.085	34	1.120
BNYM ARX LIQREF VIII	RF	18.418.874/0001-29		1.085	34	1.120
BNYM ARX LIQREF X	RF	18.418.894/0001-08		1.085	34	1.120
MAG HIGH GRADE FIRF	RF	50.223.269/0001-05		5.389	171	5.560
MONG AEGON RF FI	RF	11.435.287/0001-07		8.615	273	8.888
MAG SELECTION FIA	RV	42.494.899/0001-96		2.163	69	2.231

(Valores em milhares de Reais)

2024

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - CARTEIRA PRÓPRIA			2025		
			PLANO	PGA	CONSOLIDADO
SEGMENTO			93.155	2.464	95.619
Títulos Públicos:			29.974	951	30.925
NTN-B	Vencimento	Quantidade	12.829	407	13.236
NTN-B	15/08/2024	1.472	0	0	0
NTN-B	15/08/2026	863	0	0	0
NTN-B	15/08/2028	275	0	0	0
NTN-B	15/08/2028	1000	4.445	141	4.586
NTN-B	15/08/2028	500	2.190	69	2.259
NTN-B	15/05/2035	500	2.176	69	2.245
NTN-B	15/08/2050	650	3.110	99	3.209
NTN-B	15/08/2050	190	908	29	937
LFT	Vencimento	Quantidade	17.145	544	17.689
LFT	01/03/2026	26	399	13	412
LFT	01/03/2026	21	322	10	332
LFT	01/03/2027	51	780	25	805
LFT	01/03/2028	4	61	2	63
LFT	01/03/2028	456	6.971	221	7.192
LFT	01/03/2028	74	1.131	36	1.167
LFT	01/03/2028	27	413	13	426
LFT	01/03/2029	15	229	7	236
LFT	01/09/2026	7	108	3	111
LFT	01/09/2026	182	2.790	88	2.878
LFT	01/09/2026	40	613	19	632
LFT	01/09/2028	16	244	8	252
LFT	01/09/2028	162	2.475	78	2.553
LFT	01/09/2028	40	611	19	630
Títulos Privados:	Vencimento	Quantidade	11.918	378	12.296
DEBENTURES RSAN	05/12/2026	440	0	0	0
DEBENTURES RPEN	27/06/2027	580	0	0	0
DEBENTURES HSLZ	15/09/2027	650	0	0	0
DEBENTURES NTSD	20/06/2028	1.000	0	0	0
DEBENTURES ELET	15/09/2028	500	0	0	0
DEBENTURES MULT	15/10/2028	580	0	0	0
DEBENTURES VAMO	15/10/2028	115	0	0	0
DEBENTURES VAMO	15/10/2028	65	0	0	0
DEBENTURES PASS	15/03/2029	448	0	0	0
DEBENTURES ELET	15/04/2029	891	0	0	0
DEBENTURES B3SA	28/05/2029	313	0	0	0
DEBENTURES VAMO	15/06/2029	300	0	0	0
DEBENTURES SANE	15/07/2029	295	0	0	0
DEBENTURES SANE	15/07/2029	164	0	0	0
DEBENTURES CPGT	10/10/2029	325	0	0	0
DEBENTURES BHIA	28/11/2029	39.120	0	0	0
DEBENTURES MYPK	02/04/2030	266	0	0	0
DEBENTURES BHIA	28/11/2030	67.284	0	0	0
DEBENTURES SABESP	20/02/2031	245	0	0	0
DEBENTURES SABESP	20/02/2031	600	0	0	0
DEBENTURES TRPL	17/03/2031	355	0	0	0
DEBENTURES EURF	18/03/2031	622	0	0	0
DEBENTURES CHSF	15/09/2031	380	0	0	0
DEBENTURES CPGT	10/10/2031	325	0	0	0
DEBENTURES SABESP	20/02/2034	63	0	0	0
DEBENTURES CSMG	15/07/2034	250	0	0	0
DEBENTURES CSMG	15/07/2034	437	0	0	0
DPGE FISA	30/09/2025	1	1.126	36	1.162
LF BANCO TOYOTA	01/07/2026	7	716	23	739
LF SCANIA BRASIL	05/10/2026	6	299	10	309
LF BANCO VOLKS	30/11/2026	30	1.926	61	1.987
LF BANCO TOYOTA	01/07/2027	5	515	16	531
LFSN BANCO ITAU	16/10/2034	2	606	19	625
LFSN BANCO BRADESCO	16/06/2031	3	1.408	45	1.453
LFSN PAT	17/11/2031	8	3.675	117	3.792
LFSC ITAU	31/12/2050	3	1.021	32	1.053
LFSC BANCO DO BRASIL	31/12/2050	1	625	20	645

(Valores em milhares de Reais)

2024

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - CARTEIRA PRÓPRIA			2025		
SEGMENTO			PLANO	PGA	CONSOLIDADO
Derivativos Opções	Vencimento	Quantidade	0	0	0
OPÇÃO DE COPOM FT88	30/01/2025	1	6.542	208	6.750
Valores a Pagar/Receber			-43	-1	-44
Demonstrativo de Investimentos - Fundos	Segmento	CNPJ	40.718	1.292	42.010
MAG SELECTION FIA	RV	42.494.899/0001-96	1.610	51	1.661
BNYM ARX LIQ FI REF	RF	17.898.543/0001-70	1.988	63	2.051
BNYM ARX LIQREF II	RF	18.416.618/0001-00	1.988	63	2.051
BNYM ARX LIQREF III	RF	18.416.553/0001-95	1.988	63	2.051
BNYM ARX LIQREF IV	RF	18.418.812/0001-17	1.988	63	2.051
BNYM ARX LIQREF IX	RF	18.418.915/0001-87	1.988	63	2.051
BNYM ARX LIQREF V	RF	18.418.851/0001-14	1.988	63	2.051
BNYM ARX LIQREF VI	RF	18.418.825/0001-96	1.988	63	2.051
BNYM ARX LIQREF VII	RF	18.428.603/0001-54	1.988	63	2.051
BNYM ARX LIQREF VIII	RF	18.418.874/0001-29	1.988	63	2.051
BNYM ARX LIQREF X	RF	18.418.894/0001-08	1.988	63	2.051
BV AUTO I FINAN SR 1	RF	57.532.556/0001-46	838	27	865
MAG HIGH GRADE FIRF	RF	50.223.269/0001-05	4.696	149	4.845
MAG MACRO FIC FIM	RF	27.803.348/0001-73	5.261	167	5.428
MONG AEGON RF FI	RF	11.435.287/0001-07	7.517	238	7.756
FIDC MEIOS DE PGMT	ESTR	57.609.282/0001-46	915	29	944

(Valores em milhares de Reais)

É demonstrada a seguir a composição analítica dos títulos mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2025:

	2025			
	Indexador/ Taxa de Juros %	Quantidade	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos mantidos até o vencimento		5.280	24.138	22.674
Títulos Públicos		-	24.138	22.674
Títulos Públicos Federais		-	24.138	22.674
Notas do Tesouro Nacional - B		-	24.138	22.674
B735148 15/05/2035 aquisição 05/09/2018	IPCA+5,83	500	2.341	2.108
B686095 15/08/2028 aquisição 22/05/2018	IPCA+5,33	1.000	4.760	4.479
B735150 15/08/2028 aquisição 05/09/2018	IPCA+5,84	500	2.354	2.239
C90291 15/08/2050 aquisição 13/03/2020	IPCA+5,29	650	3.345	2.669
C90292 15/08/2050 aquisição 13/03/2020	IPCA+5,30	190	976	780
D545011 15/08/2032 aquisição 22/05/2025	IPCA+7,39	4	17	17
D545012 15/08/2032 aquisição 22/05/2025	IPCA+7,38	326	1.422	1.406
D545013 15/08/2032 aquisição 22/05/2025	IPCA+7,33	200	875	862
D545014 15/08/2032 aquisição 22/05/2025	IPCA+7,32	350	1.531	1.509
D545015 15/08/2032 aquisição 22/05/2025	IPCA+7,32	300	1.313	1.294
D476149 15/05/2035 aquisição 10/02/2025	IPCA+7,70	1.260	5.204	5.311

	2024			
	Indexador/ Taxa de Juros %	Quantidade	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos mantidos até o vencimento		2.840	13.236	11.469
Títulos Públicos		-	13.236	11.469
Títulos Públicos Federais		-	13.236	11.469
Notas do Tesouro Nacional - B		-	13.236	11.469
B735148 15/05/2035 aquisição 05/09/2018	IPCA+5,83	500	2.245	1.968
B686095 15/08/2028 aquisição 22/05/2018	IPCA+5,36	1.000	4.586	4.211
B735150 15/08/2028 aquisição 05/09/2018	IPCA+5,79	500	2.259	2.106
C90291 15/08/2050 aquisição 13/03/2020	IPCA+5,29	650	3.209	2.464
C90292 15/08/2050 aquisição 13/03/2020	IPCA+5,30	190	937	720

Na categoria títulos mantidos até o vencimento, podem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da Entidade de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham o prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos igual ou superior a cinco anos da data de aquisição, e que sejam considerados, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito..

A capacidade financeira de que trata o parágrafo anterior deve ser caracterizada pela capacidade de atendimento das necessidades de liquidez da entidade fechada de previdência complementar, em função dos direitos dos participantes, das obrigações da entidade e do perfil do exigível atuarial de seus planos de benefícios, e evidenciada pela demonstração atuarial – DA.

Os títulos públicos federais são considerados títulos livres de risco e foram adquiridos com o intuito de manutenção até o seu efetivo vencimento. O fluxo de amortização dos referidos títulos é adequado à necessidade de liquidez da Entidade e é usado para garantir o retorno dos investimentos dos benefícios já concedidos.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos Administradores dos fundos na data de encerramento do balanço e seu valor de mercado apurado em consonância com a regulamentação específica aplicável ao Fundo. A variação originada da comparação entre os valores contábeis e de mercado é apropriada diretamente ao resultado do exercício.

Para os títulos públicos, os valores contábeis foram determinados com base no valor de face dos papéis (marcação na curva).

4.1.3. Permanente – Imobilizado

O Ativo Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear. As taxas são fixadas por espécie de bens de acordo com o tempo de vida útil. Em 31 de dezembro apresenta a seguinte posição:

DESCRIÇÃO (TAXA)	2025	AQUISIÇÕES	DEPRECIAÇÕES	2024
Imobilizado	3	-	-2	5
Móveis e Utensílios (10%)	3	-	-2	5
Total do Ativo Permanente	3	-	-2	5

4.1.4. Exigível Operacional

4.1.4.1. Gestão Previdencial

Registra os benefícios a pagar, as retenções a recolher incidentes sobre estes, os repasses a título de cobertura para custeio do PGA e dos benefícios de risco contratados na seguradora Mongeral Aegon. Em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Retenções a Recolher	130	44
Valores previdenciais a repassar	87	90
Valores a repassar risco terceirizado	348	366
Total Exigível Gestão Previdencial	565	500

4.1.4.2. Gestão Administrativa

Registra os compromissos a pagar assumidos pela Entidade na administração dos planos de benefícios. Em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Retenções a Recolher	5	3
IRRF, CSLL, sobre serviços	5	
Tributos a Recolher	35	6
PIS	5	
COFINS	30	
Outras Exigibilidades	6	7
Total Exigível Gestão Administrativa	46	16

4.1.4.3. Investimentos

Registra as obrigações a pagar assumidas pela entidade relativas à Gestão Investimentos. Em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Relacionados com disponível	0	19
Total Exigível Investimentos	0	19

4.1.5. Patrimônio Social

4.1.5.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios SBOTPREV.

As provisões matemáticas são calculadas de forma financeira, considerando a rentabilidade dos investimentos e as características do Regulamento do plano de benefício, que inclui os compromissos assumidos com os participantes.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário, que assina a respectiva Nota Técnica Atuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e a própria SBOTPREV.

O valor das provisões matemáticas do plano, está evidenciado no quadro VII – Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios e apresenta em 31 de dezembro os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Provisões matemáticas	106.029	93.104
Benefícios Concedidos	4.331	2.927
Contribuição definida	4.331	2.927
Saldo de contas – Assistidos	4.331	2.927
Benefícios a conceder	101.698	90.177
Contribuição definida	101.698	90.177
Saldo de contas - parcela instituidores	70	64
Saldo de contas - parcela participantes	92.165	80.785
Saldo de contas - Parcela Participantes Portadas EFPC	785	693
Saldo de contas - Parcela Participantes Portadas EAPC	8.678	8.635
Total Patrimônio de Cobertura do Plano	106.029	93.104

Conforme determina o artigo nº 22 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, foram realizadas avaliações atuariais em todos os planos de Benefícios Previdenciais, por pessoas jurídicas legalmente habilitadas e os resultados estão contabilizados no balanço patrimonial.

O regime financeiro para financiamento dos planos de Contribuição definida é o de capitalização. Apresenta-se a seguir, a descrição das rubricas que compõem as provisões matemáticas:

- **Benefícios concedidos**

Benefícios concedidos representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefícios de prestação continuada.

- **Benefícios a conceder**

Benefícios a conceder representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

As provisões matemáticas são determinadas pelo atuário contratado pelo prestador de serviço. Os valores registrados nestas rubricas constam da Demonstração Atuarial (DA) e parecer elaborado pela atuária e encontra-se em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor.

Premissas atuarias

Para a avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes hipóteses econômicas e atuarias:

	2025	2024
A. ECONÔMICAS		
Taxa real de juros	3,73% a.a.	3,28% a.a.
B. BIOMÉTRICAS		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000-F Suav 10%	AT-2000-F Suav 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000-F Suav 10%	AT-2000-F Suav 10%

Por se tratar de um plano estruturado na Modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuarias não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais. Ou seja, as hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual.

A situação atuarial do Plano de benefícios SBOTPREV, administrado pelo SBOTPREV, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuarias anteriormente descritos, apresentou em 31/12/2025 resultado de equilíbrio técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do Plano para com os seus participantes limita-se ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

4.1.5.2. Fundo Previdencial

O Fundo Previdencial Diferenças de Cotas, representa os valores remanescentes das rentabilidades positivas dos saldos de contas cujos resgates ou portabilidades foram pagos com cota do mês anterior. No encerramento do exercício de 2025 o Fundo Previdencial de Fundo de Diferenças de Cotas obteve o valor de R\$ 24 mil (R\$16 mil em 2024).

4.1.5.2. Fundo Administrativo

Registra o Fundo constituído com a diferença positiva apurada entre as receitas e despesas da Gestão Administrativa. Em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

	2025	Constituição	2024
Fundos Administrativos	3.958	1.308	2.650
Plano de Gestão Administrativa	3.958	1.308	2.650
Fundos	3.958	1.308	2.650

4.1.6. Apresentação dos efeitos da consolidação

De acordo com a Resolução Previc 23 de 14 de agosto 2023, os ajustes necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares. O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

CÓDIGO	CONTA	2025	2024
1.2.2.3.00.00.00	Participação no Plano de Gestão Adm – Plano	3.958	2.650
	Participação no Plano de Gestão Adm - Op. Comuns	(3.958)	(2.650)
2.3.2.2.01.00.00	Participação no Fundo Administrativo do PGA - Plano	(3.958)	(2.650)
	Participação no Fundo Administrativo do PGA OP. Comuns	3.958	2.650

5. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

5.1. Gestão Previdencial

O resultado do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas.

Cálculo da taxa de juros atuarial para o exercício de 2025

A taxa de juros de 3,73% ao ano foi calculada para utilização na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2025, conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018, e na Portaria PREVIC nº 343, de 13 de abril de 2025.

Por se tratar de plano de benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida, a adoção da taxa de juros real anual não resulta em impacto na formação das Provisões Matemáticas, constituídas exclusivamente dos saldos de contas dos participantes. Entretanto, essa premissa é utilizada em cálculos de benefícios, devendo a Entidade adotar taxa de juros real anual no intervalo compreendido entre 70% (setenta por cento) da taxa de juros parâmetro e 4% (quatro décimos por cento) ao ano, acima da taxa de juros parâmetro, considerando-se a duração do passivo de dez anos.

Neste sentido, a taxa de juros parâmetro, observando a estrutura a termo de taxa de juros média, segundo a Portaria PREVIC nº 343/2025, é de 5,33% ao ano, sendo o limite inferior de 3,73% ao ano e o limite superior de 5,73% ao ano.

A Política de Investimento aprovada para o ano de 2025 apresenta que, os objetivos de rentabilidade devem ser fixados sempre tendo em vista o entendimento de que a meta estratégica das entidades de previdência é garantir, no longo prazo, o pagamento de benefícios aos participantes e assistidos. Para o exercício de 2025, a Entidade fixou como objetivo de rentabilidade a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 3,28% ao ano (INPC+3,28%), estando este em acordo com a citação no Parecer Atuarial de 2024 sobre as Premissas Atuarias.

5.2. Plano de Gestão Administrativa

O custeio das despesas administrativas da SBOTPREV teve como fontes de recursos, valores correspondentes a taxa de carregamento incidente sobre as contribuições em atraso dos participantes, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco (pró-labore), rendimento das aplicações dos recursos do fundo e a reversão do Fundo Administrativo, conforme apresentado no DPGA página 14.

As despesas necessárias à administração da Entidade são registradas pelo Plano de Gestão Administrativa de acordo com a natureza, e o custeio administrativo na administração previdencial, conforme Resolução Previc 23 de 14 de agosto 2023.

5.3. Fluxo de Investimentos

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas é transferido para as gestões previdencial e administrativa na proporção dos seus recursos garantidores investidos.

Rentabilidade

Plano Previdencial

A Rentabilidade dos investimentos apurada pela cotização média no período. A rentabilidade líquida acumulada no exercício é obtida pela aplicação do Patrimônio de cobertura do Plano deduzida da taxa de administração.

DESCRIÇÃO	2025	2024
Resultado dos Investimentos	13,37%	9,63%
Rentabilidade Líquida	13,37%	9,37%

6. GOVERNANÇA, GESTÃO E CONTROLES INTERNOS

Em 1º de outubro de 2004, foi aprovada a Resolução CGPC nº 13, que estabeleceu às entidades fechadas previdência complementar adotarem princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos adequados ao porte, complexidade, e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

A Entidade obedece à legislação em vigor e, durante os exercícios de 2025 e 2024, implementou procedimentos de acordo com os padrões requeridos, aprimorando a gestão relativa aos seus controles internos.

7. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA BASE

- a) Não ocorreram até a presente data, eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.

8. LEGISLAÇÕES

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, na Sessão Ordinária 764ª, realizada em 16 de dezembro de 2025, **aprova a Resolução Previc 26 que altera a Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023**, que estabelece procedimentos para aplicação das normas relativas às atividades desenvolvidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, bem como normas complementares às diretrizes do Conselho Nacional de Previdência Complementar e do Conselho Monetário Nacional, que entra em vigor em 01/01/2026.

PORTARIA PREVIC Nº 1.071, DE 18.11.2025

O Diretor de normas da SNPC - PREVIC, com fundamento no Parágrafo Único do art. 178 da Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, e em conformidade com o art. 24 da Resolução CNPC nº 62, de 9 de dezembro de 2024, resolve:

Art. 1º Esta Portaria altera os anexos contábeis I - Planificação contábil padrão, II - Função e funcionamento das contas e III - Modelos das Demonstrações Contábeis, da Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023. Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026.

Reforma Tributária


A Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023 aprovou a reforma tributária sobre o consumo, com consequente autorização legislativa para criar: i) Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada dos Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 156-A, CF/88); ii) Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), de competência da União (art. 195-V, CF/88); e iii) Imposto Seletivo (IS), que deverá incidir sobre produtos industrializados específicos, de competência da União.

Na prática, deverá ocorrer a extinção ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS, que serão absorvidos pelos tributos criados, mantendo-se, entretanto, a competência dos entes federados. As contribuições ao PIS e COFINS deverão compor a CBS.

De acordo com o novo modelo tributário, regulamentado pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, as entidades de previdência complementar fechadas, constituídas de acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, estão enquadradas nas hipóteses de não incidências recolhimento da CBS e IBS (inciso IX, art. 26 da LC 214/2025). Entretanto, a transição, com a extinção do PIS/COFINS e surgimento da CBS, deve ocorrer entre 2026 e 2032 (art. 351 a 359 da LC 214/2025).

São Paulo, 13 de Março de 2026


Francisco Carlos Salles Nogueira
Diretor Presidente
CPF 382.422.146-20


Moacyr Henrique Martins Vaz
Diretor Financeiro
CPF 531.340.107-63

Marta Almeida da Silva Contadora
CRC-RJ 075.023/O-5

São Paulo/SP, 13 de março de 2026.

Aos

Administradores, Conselheiros e Participantes do
FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - SBOTPREV

Prezados Senhores,

De acordo com programação previamente definida, realizamos, em março de 2026, trabalhos de auditoria sobre as demonstrações contábeis do **FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - SBOTPREV**, encerradas em 31 de dezembro de 2025.

Nossos trabalhos foram realizados mediante a aplicação de procedimentos técnicos reconhecidos para a sua atividade, objetivando a avaliação dos controles internos, compreendendo exames desenvolvidos pelo sistema de amostragem dos livros, documentos e operações, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, normas e instruções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e outros procedimentos julgados necessários às circunstâncias. Os procedimentos aplicados não representam um estudo específico sobre os controles internos, também podem não revelar todas as deficiências de controle interno da entidade e não têm o propósito de expressar uma opinião sobre os mesmos.

Como resultado, apresentamos relatório contendo os comentários e recomendações decorrentes das observações notadas no curso dos trabalhos, as quais se destinam ao aprimoramento de controles e procedimentos internos.

Nosso relatório destina-se ao uso exclusivo dos administradores dessa entidade e órgão regulador, não devendo ser utilizado para quaisquer outras finalidades.

Colocamo-nos ao vosso inteiro dispor para esclarecimentos complementares que se façam necessários.

Sandro Rios Marques

Contador CRC 1PR048863/O-0 T/SP
CNAI 1928



RIOS & VIANA AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC 2SP035012/O6
CNAI-PJ 000015
CVM 1279-3

1. RECURSOS A RECEBER

Em 31/dez./2025, a entidade apresenta o saldo no valor de R\$ 5.879,91 registrado como Recursos a Receber da gestão previdenciária junto a gestão administrativa. Verificamos que o repasse da gestão administrativa para a gestão previdenciária ocorreu em 30 de janeiro de 2026, no valor de R\$ 4.661,91, resultando uma diferença de R\$ 1.218,00.

Este repasse ocorreu por meio de encontro de contas, consistindo no abatimento do valor de R\$ 4.661,91 do montante de R\$ 87.105,11, referente ao Custeio Administrativo Previdencial, efetuado pela gestão previdenciária em favor da gestão administrativa.

Diante do exposto, recomendamos que seja realizada à análise do ocorrido, avaliando a necessidade de realização e regularização contábil do referido saldo, de modo a refletir adequadamente a situação patrimonial da entidade. Ressaltamos, contudo, que a entidade procedeu à regularização da situação no mês subsequente.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DO ANO DE 2025

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPrev, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 43 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada em 26 de março de 2026, analisou os relatórios da Auditoria Independente e as Demonstrações Contábeis, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e constatou-se que foram praticados com os Princípios Gerais de Governança, aos preceitos da legislação e ao Estatuto da Entidade, estando adequadamente refletidos em seus aspectos relevantes e nas demonstrações contábeis, que foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal, concluiu que os documentos refletem a situação patrimonial e financeira da entidade. Este Conselho, portanto, recomenda que as contas da Diretoria Executiva – Exercício do ano de 2025, sejam aprovadas sem restrições pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia-SBOTPrev.

São Paulo, 26 de março de 2026.



Paulo Lobo Junior
Conselheiro Presidente
CPF.: 186.963.331-87



José Humberto de Souza Borges
Conselheiro Vice Presidente
CPF.: 925.786.911-34



Arnaldo José Hernandez
Conselheiro Suplente
CPF: 040.310.318-58

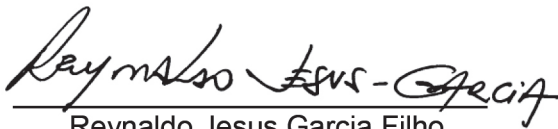
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

EXERCÍCIO DO ANO DE 2025

Quanto às Demonstrações Contábeis e de Resultado da SBOTPrev, referente ao exercício de 2025:

Em reunião de 26 de março de 2026, o Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPrev, no uso das competências de que trata Art. 30 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis e de Resultado da SBOTPrev, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, da Avaliação Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da SBOTPrev e aos princípios legais, e que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprova as Demonstrações Contábeis e de Resultado referentes ao exercício de 2025.

São Paulo, 26 de março de 2026.



Reynaldo Jesus Garcia Filho
Conselheiro Presidente
CPF.: 754.594.188-87



Romeu Krause Gonçalves
Conselheiro Vice Presidente
CPF.: 051.048.664-91



Fábio Farina Dal Molin
Conselheiro Suplente
CPF.: 427.889.190-34

INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026 a 2030

Retrospectiva Econômica do Brasil em 2025

Em 2025, a economia brasileira apresentou crescimento moderado, entre 1,5% e 2%, com inflação controlada em torno de 4% e continuidade do ciclo de redução da taxa Selic. O mercado de trabalho manteve-se resiliente, apesar dos desafios relacionados à informalidade. No cenário externo, persistiram incertezas, embora o país tenha se beneficiado do bom desempenho das exportações de commodities. O ambiente fiscal seguiu demandando atenção, reforçando a importância de uma gestão previdenciária prudente, alinhada às diretrizes atuariais e à política de investimentos dos planos administrados pela Entidade.

PREMISSAS BÁSICAS

Esta política de investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências do SBOTPREV e aprovadas pelo seu Conselho Deliberativo.

Na implementação desta política, a SBOTPREV aplica seus recursos em um fundo exclusivo de multimercado, com ativos lastreados em taxas de juros e índice de preços, composto por títulos públicos e privados, ativos de renda variável, derivativos e ativos no exterior. Essas aplicações são escolhidas respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos e as restrições legais existentes.

A precificação dos ativos é realizada pela BNY Mellon Serviços Financeiros, que atua como Administrador Fiduciário. As técnicas e parâmetros adotados seguem normas legais e regulamentares estabelecidas e procedimentos comumente aceitos. É utilizado o preço de mercado, fornecido por fonte auditável e transparente, sempre que possível. Nos casos em que não exista um nível mínimo de representatividade, por falta de liquidez ou por algum evento incomum de mercado, ou na ausência de fonte auditável consensual, será aplicada uma metodologia que consiste na obtenção de um “Preço Indicativo de Mercado”.

A Carteira de investimentos utilizada pelo SBOTPREV para absorver e agregar o seu portfólio terá a gestão realizada pela MAG Investimentos e a custódia de seus ativos no BNY Mellon Banco S.A, instituições credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Segundo o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, a empresa socialmente responsável é a que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e de tentar incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

A SBOTPREV, além de ser uma entidade socialmente responsável, pelo compromisso e respeito que dispensa nas relações com colaboradores, fornecedores, parceiros, participantes, patrocinadores e instituidores, credores, comunidade, governo e meio ambiente, ao selecionar seus parceiros busca a observância dos princípios de responsabilidade socioambiental, se eles detêm o compromisso e respeito com suas partes relacionadas.

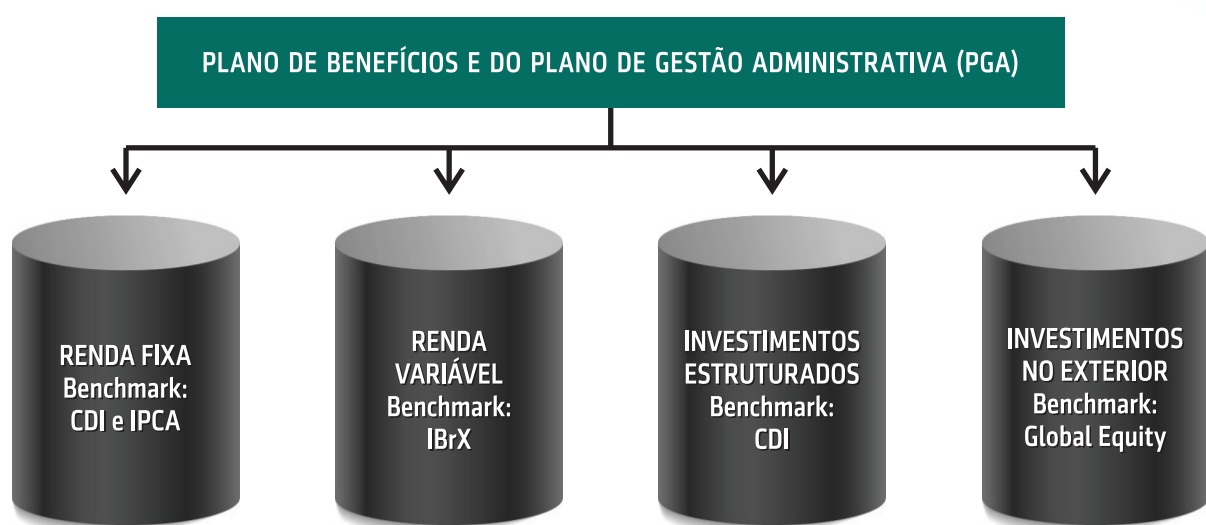
A SBOTPREV aplica os recursos da Entidade buscando maximizar a rentabilidade dos ativos considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez, observando as melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade socioambiental em empresas ou na implantação de projetos/empreendimentos, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade e que gerem rentabilidade compatível com as características do investimento, assim entendidos aqueles que criam valor para todas as partes envolvidas.

COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO

Na composição do portfólio de investimentos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), a SBOTPREV prioriza uma gestão de recursos com foco na maximização de rentabilidade, com um nível de risco confortável para a entidade.

A alocação estratégica dos recursos será dividida em três classes de ativos: Renda Fixa (CDI e IPCA), Renda Variável (IBrX), Investimentos Estruturados (CDI) e Investimentos no Exterior (Global Equity), podendo realizar operações com derivativos.

A distribuição dos recursos entre as classes de ativos é feita conforme o fluxograma abaixo:



Considerando o perfil da carteira, os objetivos de retorno e tolerância a risco a SBOTPREV acredita que estratégias baseadas em “timing” de mercado representam um risco elevado que, no longo prazo, não é recompensado pelo retorno auferido. Dessa forma, a gestão dos recursos será pautada pela manutenção desta alocação, obtida através de rebalanceamentos constantes do portfólio de investimentos.

Na sequência, fazemos uma descrição dos veículos de investimento utilizados para o cumprimento deste mandato, segmentados por seus respectivos benchmarks:

SEGMENTO RENDA FIXA

a) Benchmark – Juros - CDI

- Cotas de Fundos de Investimento classificados como Renda Fixa.
- Títulos Públicos Federais: Pré Fixado e Pós Fixado.
- Títulos Privados: empresas financeiras e não financeiras.

b) Benchmark – Inflação - IPCA

- Cotas de Fundos de Investimento classificados como Renda Fixa.
- Títulos Públicos Federais: Pré Fixado e Pós Fixado.
- Títulos Privados: empresas financeiras e não financeiras.

SEGMENTO RENDA VARIÁVEL

a) Benchmark – IBRX

- Cotas de Fundos de Investimento classificados como Ações.
- Cotas de Fundos de Índice (Exchange Trade Fund – ETF).

SEGMENTO INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

a) Benchmark – CDI

- Cotas de Fundos de Investimento classificados como Multimercados.

SEGMENTO INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

a) Benchmark – Global Equity

- Ativos emitidos no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil.

DIRETRIZES DE GESTÃO DO PORTFÓLIO GLOBAL

Consideramos a definição da alocação estratégica de recursos de suma importância e diversos estudos mostram que mais de 90% da variabilidade dos retornos de carteiras de investimento no longo prazo é proveniente desta decisão de alocação.

Os recursos dos planos deverão ser divididos respeitando os seguintes limites:

LIMITES PARA RENDA FIXA

- De 15% a 100% do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:
 - I. Até 85% em títulos públicos federais, com variação atrelada à taxa de juros.
 - II. Até 50% em títulos públicos federais, com variação atrelada a índices de preços.
 - III. Até 49% em títulos privados, com variação atrelada à taxa de juros.
 - IV. Até 49% em títulos privados, com variação atrelada a índices de preços.
 - V. Até 85% em cotas de fundos de investimento classificados como Renda Fixa.

LIMITES PARA RENDA VARIÁVEL

- De 0% a 15% do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:
 - I. Até 15% em cotas de fundos de investimento classificados como Fundos de Ações.
 - II. Até 15% em cotas de fundos de Índice (ETF).
 - III. Até 15% em operações no mercado futuro como síntese do mercado à vista.

LIMITES PARA INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

- De 0% a 10% do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:
 - I. Até 10% em fundos de investimento classificados como Multimercado.

LIMITES PARA INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

- De 0% a 10% do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:
 - I. Até 10% em ativos emitidos no exterior pertencentes às carteiras de fundos constituídos no Brasil com variação atrelada a índice de ações.

OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

A SBOTPREV poderá utilizar-se de posições em derivativos para fins de investimento e ou para proteção de carteira, considerando as estratégias nos diversos segmentos permitidos.

GERENCIAMENTO DOS RISCOS

A exposição ao risco será gerenciada através de uma estrutura especializada e da utilização de ferramentas de monitoramento específicas, para gerir e acompanhar inicialmente os seguintes riscos:

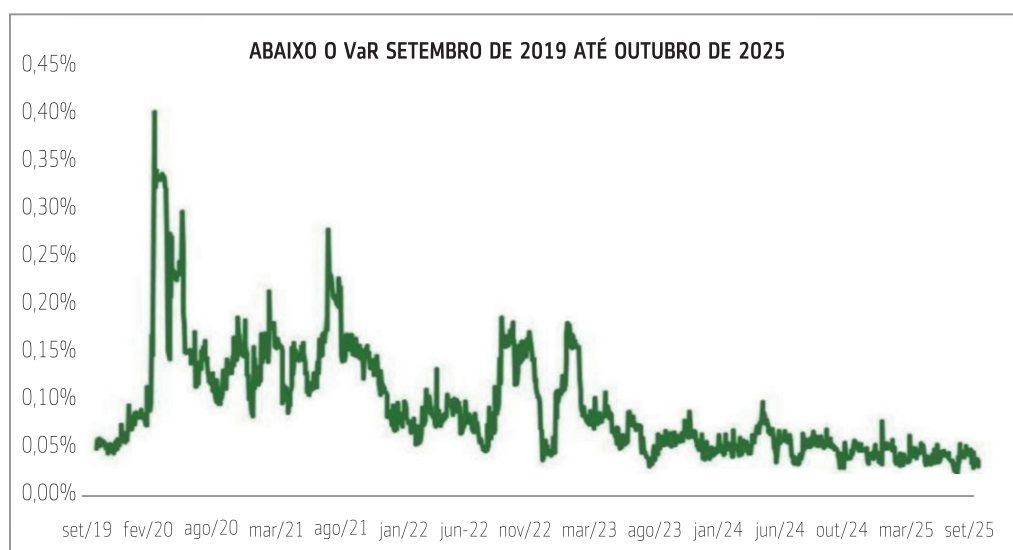
Risco de Mercado

Risco de perdas em decorrência de oscilações de variáveis econômicas e financeiras, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, preço das ações e de commodities.

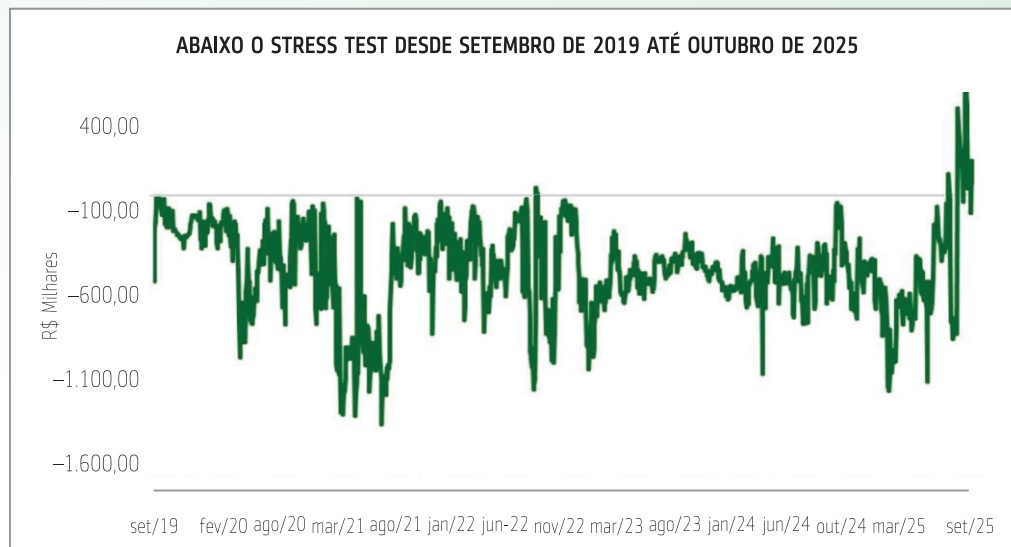
Como ferramentas para minimizar os riscos da alocação dos recursos, das oscilações e volatilidade do mercado financeiro, da dinâmica do passivo atuarial e também para dar suporte às decisões de investimento, podemos citar:

I. VaR: utilizado para gerenciar os riscos financeiros em situações de normalidade de mercado, medindo a perda máxima esperada de uma carteira de investimentos num determinado horizonte de tempo. O quadro a seguir exhibe as principais premissas e parâmetros utilizados no cálculo do VaR, assim como o limite considerado adequado para a carteira.

PREMISSAS	PARÂMETROS
Modelo	Paramétrico
Distribuição	Normal
Intervalo de Confiança	97,50%
Volatilidade	EWMA
Lambda Padrão	94%
Amostra	252
Composição dos Retornos	Contínuo
Limite	0,45%



II. Stress Test: complementam as estimativas de exposição ao risco de mercado, considerando cenários adversos ou crises históricas de grande impacto no mercado financeiro.



Risco de Contraparte

Risco de não cumprimento com as obrigações de pagamento contratada através de uma operação de crédito, tais como um CDB, uma Letra Financeira (LF), uma Debênture, ou qualquer outro tipo de operação crédito.

Serão selecionados para compor a carteira de crédito apenas ativos classificados como baixo risco de crédito”, conforme tabela abaixo, por pelo menos uma das seguintes agências de classificação de risco: Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch.

Na tabela a seguir apresentamos as notas classificadas como “baixo risco de crédito” para cada agência.

FITCH	MOODY'S	S&P	AUSTIN
AAA(bra)	Aaa.br	brAAA	AAA
AA+(bra)	Aa1.br	brAA+	AA+
AA(bra)	Aa2.br	brAA	AA
AA-(bra)	Aa3.br	brAA-	AA-
A+(bra)	A1.br	brA+	A+
A(bra)	A2.br	brA	A
A-(bra)	A3.br	brA-	A-
BBB+(bra)	Baa1.br	brBBB+	BBB+
BBB(bra)	Baa2.br	brBBB	BBB
BBB-(bra)	Baa3.br	brBBB-	BBB-

Risco de Liquidez

Relaciona-se com o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter ativos e honrar suas obrigações.

Para mitigar esse risco, além de manter seus recursos em investimentos com alta liquidez no mercado, a SBOTPREV realiza um gerenciamento ativo de seu fluxo de caixa, informando de forma antecipada a MAG Investimentos, na qualidade de gestora dos recursos, sobre as necessidades ou sobras de caixa, no caso de resgates ou aplicações.

Risco Legal

Possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

O acompanhamento da legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar é realizado pela SBOTPREV constantemente e visa mensurar e quantificar a conformidade legal de todas as carteiras de investimento. O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado é responsável pelo monitoramento da aderência dos ativos integrantes das carteiras de investimento em relação à legislação aplicável.

Risco Operacional

Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo conglomerado, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo conglomerado.

Os processos operacionais são monitorados e avaliados constantemente objetivando a identificação de riscos intrínsecos às operações desenvolvidas pela gestão dos investimentos.

Risco Sistêmico

Perdas em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do Sistema Financeiro Nacional - SFN.

Visando mitigar ao máximo o risco sistêmico a SBOTPREV procura obter a melhor diversificação entre os vários setores da atividade econômica, de modo a ter uma exposição de risco bem diversificada entre os setores, para que possa mitigar os impactos de eventuais crises em algum segmento.

QUADRO DE RESUMOS

ALOCAÇÃO

Alocação de Recursos (Segmentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Meta de Alocação	Meta de Rentabilidade	Benchmark
RENDA FIXA	0%	100%	88%	13,97%	CDI
JUROS	0%	85%	57%	14,60%	CDI
Títulos Públicos Federais	0%	85%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	49%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	49%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	85%			
INFLAÇÃO	0%	50%	31%	12,80%	IPCA+Juros
Títulos Públicos Federais	0%	50%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	49%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	49%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	50%			
RENDA VARIÁVEL	0%	15%	5%	17,73%	IBrX
Cotas de Fundos de Investimento em Ações	0%	15%			
Cotas de Fundos de Índice (ETF)	0%	15%			
Operações de Futuro (como síntese de posição à vista)	0%	15%			
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	15%	5%	16,03%	CDI
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0%	15%			
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	10%	2%	15,25%	Global Equity
Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no Exterior	0%	10%			
IMÓVEIS	0%	0%	—	—	—
OPERAÇÃO COM PARTICIPANTES	0%	0%	—	—	—
RENTABILIDADE PROJETADA				13,93%	
ÍNDICE DE REFERÊNCIA				3,73% + INPC	

RENTABILIDADE HISTÓRICA

	RENTABILIDADE AUFERIDA NOS CINCO EXERCÍCIOS ANTERIORES					
	2021	2022	2023	2024	2025	Acumulada
Plano de Benefício	5,07%	11,74%	11,66%	9,37%	13,37%	62,56%
Renda Fixa	5,35%	12,11%	11,90%	9,63%	13,37%	64,27%

PARECER ATUARIAL

1. OBJETIVO

O presente Parecer Atuarial atende ao artigo 2º da Portaria Previc Nº 262, de 16 de abril De 2024, que estabelece a necessidade deste para a composição da Demonstração Atuarial e tem por finalidade mensurar as Provisões Matemáticas e apurar os resultados do Plano de Benefícios SBOTPREV, administrado pelo Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia.

O Plano SBOTPREV é estruturado na modalidade de Contribuição Definida, portanto, não possui riscos atuariais. As obrigações do plano com seus participantes correspondem aos saldos de conta individualizados atualizados pela rentabilidade líquida do plano.

Assim, os resultados apurados pela Avaliação Atuarial, de acordo com o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial, e demonstrados neste documento baseiam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida, considerando suas características financeiras e demográficas, e, também, na legislação pertinente, que devem ser objeto de análise e estudo dos Instituidores e da Entidade Fechada de Previdência Complementar.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral com data-base em 31/12/2025 foi submetida a testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada consistente para os cálculos da Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2025. Também foram utilizadas para o presente parecer as informações contábeis referentes ao mesmo período.

3. ESTATÍSTICAS

TABELA 1 - PARTICIPANTES ATIVOS

ITEM	2024	2025
Número de participantes ativos*	1.355	1.331
Idade média (anos)	45,10	45,99
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	8,00	8,74
Contribuição média**	R\$ 677,39	R\$ 740,54
Saldo individual médio	R\$ 66.503,34	R\$ 76.407,16

*Quantidade contemplam participantes com status Ativos, Cancelado a Pedido, BPD e demais status com saldo nas provisões matemáticas.

** Somente participantes contribuintes.

Percebe-se que a Entidade, no que tange aos participantes ativos no plano, reduziu no número de participantes em 2025, quando comparado ao número de participantes ativos do ano de 2024. Os participantes ativos tiveram variação positiva da contribuição média na ordem de 9,32% e uma variação positiva no saldo individual médio 14,89%.

TABELA 2 - PARTICIPANTES ASSISTIDOS

ITEM	2024	2025
Número de participantes assistidos	7	8
Idade média (anos)	68	70
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	14,00	15,00
Benefício médio	R\$ 1.632,90	R\$ 2.379,96
Saldo individual médio	R\$ 150.812,11	R\$ 316.814,91

Considerando a tábua AT-2000 F Suavizada em 10% verifica-se que a expectativa de vida aos 70 anos é de, aproximadamente, 19 anos, portanto, esperamos que a média dos participantes sobrevivam até a idade de 89 anos. De acordo com o exposto acima, durante o exercício de 2025 houve 1 concessão de benefício de aposentadoria com prestação continuada de benefícios.

TABELA 3 - PENSIONISTA

ITEM	2024	2025
Número de pensionistas	11	11
Idade média (anos)	46	48
Benefício médio	R\$ 2.193,79	R\$ 2.265,65
Saldo individual médio	R\$ 171.420,45	R\$ 163.306,90

Não houve concessão de pensão no Plano SBOTPrev durante o exercício de 2025. Considerando a tábua AT 2000 F Suavizada em 10% verifica-se uma expectativa de vida média de 38 anos para os pensionistas do Plano.

4. HIPÓTESES ATUARIAIS

Conforme descrito na Resolução CNPC nº 30, de 10 de novembro de 2018, as hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras e devem ser adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano. Seguem abaixo as hipóteses analisadas na Avaliação Atuarial 2025:

- a) Taxa Real de Juros: 3,73% a.a.:
- b) Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 – F Suavizada 10%: e
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 – F Suavizada 10%.

Apresentamos, através do Parecer Atuarial de Premissas de 2025, o posicionamento conclusivo acerca das hipóteses atuariais atualmente adotadas pelo Plano SBOTPREV. Conforme consta no documento supracitado, todas as hipóteses foram mantidas com exceção da taxa de juros que tem a obrigatoriedade de reavaliação anual.

Para o estudo de adequação da taxa de juros foi realizada uma análise histórica de rentabilidade real média do plano, que está de acordo com a Política de Investimentos, demonstrando que a expectativa de retorno dos investimentos do plano está compatível com a taxa de juros mínima sugerida para o plano de benefícios.

A taxa de juros de 3,73% a.a. irá vigorar a partir de 01/01/2026. Como, no Plano SBOTPREV, essa taxa é utilizada na concessão e no recálculo dos benefícios, realizamos a análise do impacto da alteração de 3,28% a.a. para 3,73% a.a. nos atuais benefícios de prestação continuada que a utilizam em sua formulação, na modalidade por prazo determinado — seja por expectativa de vida, seja por prazo mínimo de recebimento não inferior a 10 anos. Considerando a base de assistidos e pensionistas em dezembro 12/2025, recalculamos os benefícios com base nas duas taxas de juros. Os resultados indicaram aumento médio de 1,50% nos benefícios dos assistidos e de 1,27% nos benefícios dos pensionistas. Caso a rentabilidade do plano fique inferior à do índice de referência até a data dos recálculos, esse acréscimo poderá ser parcialmente compensado, caso contrário o impacto positivo poderá ser maximizado.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), ressaltamos que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus participantes, mas tão somente para o cálculo de rendas mensais, ou seja, são utilizadas para apuração do valor do benefício mensal, quando de sua concessão e de seu recálculo anual.

5. REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Registramos que para a Avaliação Atuarial do Plano SBOTPREV, foram utilizados o regime financeiro de Capitalização e o método de Capitalização Financeira Individual. Os compromissos e as obrigações na data de avaliação foram apresentados através das Provisões Matemáticas contabilizados nos balanços patrimoniais posicionados em 31/12/2025, sendo essas obrigações equivalentes, a qualquer momento, ao saldo da Conta Participante acumulado até o momento da avaliação.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), os benefícios de prestação continuada têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta individual mantido em favor do participante.

Por fim, registramos que, não há garantia mínima de rentabilidade no plano de benefícios.

6. CUSTEIO DO PLANO

Tendo em vista o método de Capitalização Financeira Individual característico do plano CD, não há custo definido atuariamente. O custo normal corresponde à contribuição básica dos Participantes.

De acordo com o disposto no Artigo 10 da Seção I do Título IV, do Regulamento do Plano de Benefícios SBOTPREV, a Contribuição Básica, de caráter mensal e obrigatório, será livremente escolhida e vertida pelo Participante, observado o valor mínimo atualizado.

As contribuições para custeio das coberturas de risco são repassadas, mensalmente, para uma sociedade seguradora, a operar no Brasil, de acordo com o previsto no Regulamento do Plano de Benefícios, e não compõe o saldo de contas do participante.

Conforme Artigo 16 e seus parágrafos do Regulamento do Plano, as despesas administrativas serão custeadas pelos Participantes Ativos, Assistidos, Licenciados ou Remidos, bem como pelos Beneficiários, nos termos do Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada a legislação vigente, mediante incidência de taxa sobre as contribuições diretas, benefícios pagos e/ou sobre os ativos do Plano, da seguinte forma:

CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO PLANO SBOTPREV			
TIPO DE CUSTEIO	VALOR EQUIVALENTE	FONTE DE CUSTEIO	FONTES PAGADORAS
Taxa de Carregamento	0% (zero por cento) ao mês incidente sobre as contribuições e/ou aportes, bem como sobre os benefícios.	Montante deduzido mensalmente das Contribuições e aportes dos participantes, bem como dos benefícios dos participantes e beneficiários.	Participantes Ativos, Participantes Licenciados, Participantes Assistidos e Beneficiários.
Pró-labore Seguradora	20% – Sobre as contribuições destinadas a contratação do pecúlio por morte e invalidez. 30% – Sobre o excedente técnico de risco das coberturas adicionais de morte e invalidez.	Aportado pela Seguradora.	Seguradora.
Fundo de Administração	0,35% a.a. – equivalente ao rateio das despesas administrativas mensais suportadas pelo resultado dos investimentos.	Montante deduzido dos resultados dos investimentos do Plano	Recursos Investidos.
Juros e Multa	0% (zero por cento) ao mês	Montante deduzido mensalmente das Contribuições e aportes dos participantes em atraso.	Participantes Ativos e Participantes Licenciados

Pró-Labore: recursos oriundos de repasses de compensação administrativa pelos contratos de risco.

Taxa de Administração: percentual incidente sobre o valor dos recursos investidos, o percentual de 0,35% a.a. será destinado ao pagamento dos gestores de investimentos, não sendo destinados valores ao Plano de Gestão Administrativa – PGA.

7. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Segue abaixo a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios SBOTPREV em 31/12/2024 e 31/12/2025, para fins de comparação com a data-base da presente Avaliação Atuarial:

CONTA	DESCRIÇÃO	2024	2025
2.03	Patrimônio Social	95.769.559,47	110.010.977,62
2.03.01	Patrimônio de Cobertura do Plano	93.104.033,69	106.028.819,86
2.03.01.01	Provisões Matemáticas	93.104.033,69	106.028.819,86
2.03.01.01.01	Benefícios Concedidos	2.927.345,83	4.330.895,24
2.03.01.01.01.01	Contribuição Definida	2.927.345,83	4.330.895,24
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	2.927.345,83	4.330.895,24
2.03.01.01.02	Benefícios a Conceder	90.176.687,86	101.697.924,6
2.3.01.01.02.01	Contribuição Definida	90.176.687,86	101.697.924,6
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Contas – Patroc/Inst	63.821,37	69.880,23
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Contas – Participantes	80.785.202,39	92.165.229,40
2.03.01.01.02.01.03	SALDO DE CONTAS - PARTICIPANTES PORTADA DE EFPC	692.335,25	784.926,45
2.03.01.01.02.01.04	SALDO DE CONTAS - PARTICIPANTES PORTADA DE EAPC	8.635.328,85	8.677.888,54
2.3.2	Fundos	2.665.525,78	3.982.157,76
2.3.2.1	Fundos Previdenciais	15.491,80	24.296,21
2.3.2.2	Fundos Administrativos	2.650.033,98	3.957.861,55
2.3.2.3	Fundos Dos Investimentos	0,00	0,00

Valores em Reais.

O percentual que o montante da provisão de Benefício a Conceder representa em relação as provisões matemáticas passou a ser de 95,92% em função dos recursos vertidos ao plano pelos participantes, juntamente com consumo do saldo por parte dos assistidos e as novas concessões de benefícios.

O patrimônio de cobertura no exercício de 2025 aumentou em 13,88%, com relação ao encerramento do exercício 2024. Atualizando o patrimônio de cobertura observado no encerramento da avaliação de 2024 pelo INPC acumulado no ano de 2025 teríamos um valor 8,77% menor do que o observado em 2025. Se atualizarmos o patrimônio de cobertura do encerramento do ano de 2024 pelo índice de referência do plano, no exercício, (INPC + 3,28% a.a.) teríamos um resultado inferior em 5,77% com relação ao apresentado no encerramento deste exercício.

Analisando o exercício de 2025, observa-se que a rentabilidade do plano alcançou 13,37%, enquanto o índice de referência montou em 7,31%, o que demonstra que a rentabilidade obtida pela entidade foi superior em 6,06 p.p., em relação ao respectivo índice. A inflação acumulada no mesmo período foi de 3,90%, de modo que a rentabilidade real auferida neste período foi de 9,12%.

O crescimento do patrimônio de cobertura alcançado justifica-se, pela rentabilidade do Plano SBOTPREV ter sido superior ao índice de referência, ao fato das receitas previdenciais do plano terem avultado o valor de R\$ 6.879.873,61 que representam um total de R\$ 443.625,70 a mais do que as despesas previdenciais contabilizadas no exercício de 2025.

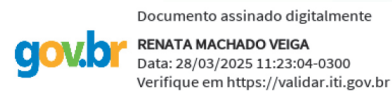
8. CONCLUSÃO

O Plano SBOTPREV, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais descritos neste parecer, apresentou em 31/12/2025 resultado de equilíbrio técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), tanto na fase de acumulação de recursos como na fase de concessão dos benefícios, não existem custos atuariais envolvidos, portanto, o total das obrigações do plano com seus participantes equivale aos seus respectivos saldos de contas individuais, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim o equilíbrio técnico característico desta modalidade de plano.

Por fim, atestamos que as informações neste parecer foram avaliadas atuarialmente, refletem as bases cadastrais e estão adequadamente registrados nos balanços contábeis.

Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2026.



Arthur de Araujo Godinho Luzia

Renata Machado Veiga

Atuário MIBA – 2353

Atuário MIBA – 2127

MAG GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

MAG GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Caio Filipe Santos Cortes
Atuário MIBA – 4311
MAG GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

GLOSSÁRIO

Balanco Patrimonial: o Balanco Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanco Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos; e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

Conselho Deliberativo: Órgão máximo da estrutura organizacional da Entidade. É responsável pela definição da política geral de administração da EFPC e seus Planos de Benefícios. Cabe ao Conselho Deliberativo ser o principal agente nas definições das políticas de administração e das estratégias gerais da entidade, bem como a sua revisão periódica.

Conselho Fiscal: Órgão de controle interno da Entidade. Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria Executiva. Cabe ao Conselho Fiscal elaborar relatórios semestrais que destaquem a opinião sobre a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária. O Conselho Fiscal deve comunicar eventuais irregularidades, sugerir, indicar ou requerer providências de melhoria na gestão, e emitir parecer conclusivo sobre as demonstrações contábeis anuais da entidade.

Demonstrações Contábeis: Conjunto de relatórios emitidos pelas EFPCs, como o Balanco Patrimonial, Balancete, Mutação do Ativo Líquido, dentre outras, bem como as respectivas notas explicativas às demonstrações. Objetivam proporcionar entendimento quanto à posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade e dos planos administrados, servindo de base informacional aos usuários em geral.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS é o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modificações que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL é o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentação do ativo líquido por meio das adições (entrada) e deduções (saídas) de recursos.

Demonstração do Ativo Líquido (DAL): a DAL é o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA é o demonstrativo que apresenta, de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentações que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos que impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): a DPT é o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Demonstrativo de Investimentos: o Demonstrativo de Investimentos apresenta a alocação dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legislação vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferença quando comparado à meta atuarial, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplicação.

Diretoria Executiva: Órgão responsável pela administração da Entidade e dos Planos de Benefícios, observando a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo e as boas práticas de governança.

Estatuto Social: Documento que define as estruturas administrativas, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da EFPC.

Fundo de Investimento: São condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos fechado, é uma comunhão de recursos destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas emergentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis: As Notas Explicativas acompanham as demonstrações contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, os critérios adotados na apropriação dos recursos e na avaliação dos elementos patrimoniais. Além das informações já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Política de Investimentos: A Política de Investimentos é responsável por definir as principais regras e condições para aplicação dos recursos da Entidade e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política é elaborada anualmente e deve considerar em sua elaboração os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para definição dos investimentos de médio e longo prazos.

Parecer do Auditor Independente: O Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer Atuarial: o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo.

Parecer do Conselho Fiscal: o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Manifestação do Conselho Deliberativo: a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.

Relatório Anual de Informações: Documento de comunicação interna elaborado pela Entidade para os participantes e assistidos com informações sobre o desempenho da EFPCs e do Plano de Benefícios no ano.



SBOT

SOCIEDADE BRASILEIRA DE
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

SBOTPREV

FUNDO DE PREVIDÊNCIA



0800-887-0948



atendimento@sbotprev.zendesk.com



<https://sbotprev.org.br>



Alameda Lorena, 427 - 14º andar - Jardim Paulista
São Paulo - SP - CEP 01424-000